CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO EXERCÍCIO DE UM BIÊNIO COMO JUIZ ELEITORAL

Marcos Augusto Ramos Peixoto

Juiz de Direito

Ontem, 12 de setembro de 2019, encerrei mais um biênio como juiz eleitoral, desta feita junto à 21ª Zona Eleitoral cujo excelente e dedicado corpo de funcionários aproveitou para aqui, de pronto, elogiar e parabenizar.

Para os leigos ou aqueles que não sabem, a função eleitoral é exercida pelos juízes estaduais em rodízio, e após anos e anos de intensas batalhas de bastidores junto ao Conselho Nacional de Justiça conseguimos, no Rio de Janeiro, o aprimoramento da aplicação desta sistemática em que de dois em dois anos alguns juízes encerram e outros são investidos na função respeitando critérios objetivos de antiguidade ditados pelo Tribunal Superior Eleitoral já que, em passado não tão distante, algumas administrações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro lamentavelmente se aproveitavam de vacâncias em Zonas Eleitorais, para lá designando os juízes “amigos da Corte”, protelando meses e meses a fio a implementação do rodízio, o que atualmente se encontra felizmente em grande parte superado (embora haja a necessidade, ainda, de estrito respeito à antiguidade também nas designações para vacâncias temporárias dos titulares das Zonas Eleitorais, como férias, licenças etc.), sendo talvez(?) desnecessário salientar a importância da aplicação daqueles critérios objetivos para garantir a observância da Constituição Federal e a absoluta lisura de pleitos eleitorais, sem a designação para presidi-los de alguns juízes por imperscrutáveis critérios subjetivos.

Contudo, não é sobre este tema que gostaria de aqui me debruçar (na verdade, já estou cansado dele, tantas e tantas foram as vezes em que lutamos contra aqueles critérios subjetivos), mas sobre dois outros também intimamente relacionados às funções da Justiça Eleitoral e à lisura das eleições, igualmente (talvez ainda mais) preocupantes, dado o potencial avassalador de desequilíbrio do pleito de que dispõem – e um dos princípios mais caros ao Direito Eleitoral é, justamente, como sabemos, o da preservação do equilíbrio entre os candidatos.

Mas, ainda antes, gostaria de traçar breve consideração sobre uma peculiaridade (talvez melhor diríamos excentricidade) recentemente firmada especificamente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ): a proibição de que expedientes eleitorais (ofícios a serem assinados, processos a serem analisados, etc.) possam ser levados aos juízes em seus locais de atuação na Justiça estadual, demandando

que os magistrados necessariamente se desloquem às Zonas Eleitorais para o exercício do múnus público.

Brinco dizendo a alguns colegas mais próximos que o TRE/RJ é, provavelmente, o único local sobre a face da terra em que o tempo dos subordinados é mais importante do que o tempo do CEO. Explico: ainda que não seja grande adepto de comparações entre a iniciativa privada e órgãos públicos, mal cotejando seria como se exigissem a Tim Cook, atual *Chief Executive Officer* da Apple, notoriamente uma das maiores empresas multinacionais do planeta, que se deslocasse, por exemplo, de Cupertino a Nova Iorque, distantes 4.737 quilômetros uma da outra, toda vez em que lá, em Nova Iorque, houvesse um documento da empresa a ser assinado.

Não se discute a necessidade de que os juízes eleitorais frequentem de maneira assídua os cartórios eleitorais, inclusive visando o exercício do indelegável poder/dever correicional. Daí, contudo, a exigir que semanalmente se desloquem de suas funções na Justiça estadual, abandonando seus pesados e complexos afazeres, deixando a descoberto seus Juízos (não raras vezes, v.g., cumprindo aquela determinação e estando na Zona Eleitoral, me vi surpreendido, enquanto juiz criminal, por advogados procurando a apreciação de petições concernentes a réus presos aos quais fui forçado a dizer: doutor, não tenho o dom da ubiquidade; seu pedido será apreciado amanhã com a devida urgência), tudo isto para apreciarem, quando em períodos distantes de pleitos eleitorais, vinte ou trinta expedientes é, com a devida vênia, nada menos que ilógico.

Como (bem) funcionava, ao longo de décadas, o sistema anterior? Funcionários da Justiça Eleitoral iam até os Juízos estaduais levando os expedientes à apreciação do magistrado (por óbvio, este deslocamento deveria lhes ser indenizado). O juiz os apreciava, despachava, decidia, assinava e o funcionário retornava à sede da Zona Eleitoral com os documentos, eventualmente deixando alguns processos mais complexos para análise detida.

Tudo muito em breve será relegado ao passado com o processo judicial eletrônico já instaurado? Sim – o que não afasta o absurdo da situação atual em que, por exemplo, no meu caso específico, fui obrigado ao longo de dois anos não só a abandonar minhas funções na Justiça estadual, a me deslocar por 40 minutos de ida e 40 minutos de volta (80 minutos ao todo, portanto, de tempo útil desperdiçado na prestação jurisdicional, tanto estadual quanto eleitoral) à 21ª Zona Eleitoral em Olaria, passando nas proximidades do Complexo do Alemão (local de residência de vários cidadãos por mim condenados criminalmente), para apreciar expedientes que poderiam ter sido levados ao meu gabinete no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Preferem, com isso, alguns, colocar em risco a vida de juízes (várias vezes me peguei imaginando: o que aconteceria se meu carro pifasse exatamente aqui e agora?) do que algumas folhas de papéis. Reflexo da ausência de poder de voto dos juízes para eleições das administrações dos Tribunais? Certamente!

Porém não é a este tema, tampouco, que pretendo me dedicar aqui. Passemos aos temas principais, sendo que um deles possui reflexos internacionais, enquanto outro guarda pertinência com o específico cenário nacional.

O primeiro deles concerne às chamadas *fake-news* propagadas por aplicativos com criptografia ponto a ponto, o que teria se mostrado decisivo no cenário eleitoral brasileiro de 2018, havendo voz corrente no sentido de que teria dado causa a um desequilíbrio fundamental no pleito eleitoral. Embora não caiba a mim decidir se isto ocorreu de fato ou não naquele contexto, a verdade é que em diversos cenários eleitorais mundiais¹ este instrumental tecnológico alheio a qualquer mínima forma de controle público tem sido fortemente utilizado por determinadas campanhas, colhendo de surpresa a Justiça Eleitoral ao se ver manietada e absolutamente incapacitada de exercer qualquer forma de fiscalização e controle efetivos sobre práticas ilegais e desleais seja em razão de propaganda eleitoral abusiva ou enganosa, seja em virtude de abuso do poder político e/ou econômico.

O segundo aspecto, primordialmente atinente à situação nacional muito embora com fortes reflexos em alguns países da América Latina, diz respeito à utilização de púlpitos de determinadas vertentes religiosas como palanques políticos estabelecidos em funcionamento vinte e quatro horas por dia, sete dias a cada semana. Aqui o tema é espinhoso pois tangencia a liberdade de culto, assegurada constitucionalmente. O fato é que tive o ensejo de conversar em Olaria, em meio ao processo de apuração de votos de 2018, com algumas pessoas que professavam aquelas religiões e que atuavam como voluntários na Justiça Eleitoral para a concretização do processo eleitoral no dia da votação e várias, em situações díspares e sem conhecimento do que disseram umas e outras, afirmaram frequentar algumas igrejas que diuturnamente incutiam nos fiéis, por um lado, apoio a determinados candidatos, isto enquanto de outro lado demonizavam outros candidatos – situação que, segundo aquelas pessoas, se prolonga mesmo fora de contextos eleitorais específicos, ou seja, mesmo em anos sem eleições.

Os dois fatores, conjugados, se afiguram deveras preocupantes por motivo único: não vejo, ao menos no exercício da modesta função de juiz numa Zona Eleitoral situada em bairro distante da Capital do Rio de Janeiro – e espero estar profundamente equivocado – estudos, análises, projetos ou qualquer mínimo movimento efetivo, concreto, da Justiça Eleitoral brasileira no sentido de obstar que aqueles dois fatores se repitam novamente de forma absolutamente descontrolada no pleito eleitoral que já se avizinha para o ano de 2020.

É assente que direitos e garantias fundamentais não são absolutos. Mesmo o direito à vida não é absoluto, posto que cede, v.g., perante o direito à legítima defesa (e

¹ Neste aspecto vale a leitura do artigo *Europe's failure on 'fake news'*, disponível em <https://www.politico.eu/article/europe-elections-fake-news-facebook-russia-disinformation-twitter-hate-speech/?fbclid=IwAR12VGqUUZMTI7IqzCowXEFURQYn4q-UfzMgjo1n2-nlu27WCEDoao6g8M>, consultado aos 12/09/2019.

seriam vários os outros exemplos também relacionados ao direito à vida, valendo citar a situação de aborto de anencéfalos, como recentemente decidido pelo Supremo Tribunal Federal). Desta feita, não são absolutos o direito à privacidade, à incolumidade das comunicações ou mesmo à liberdade religiosa. Qualquer direito potencializado e descontrolado tende ao exercício arbitrário e contrário aos motivos e fundamentos que levaram à sua própria instituição.

Assim, se mostra fundamental a adoção de mecanismos de controle do descontrole que se viu, isto em prol da prevalência do regime democrático, pois este dificilmente sobreviverá a mais uma eleição em que o pleito venha a ser decidido com base no que sustentaram ao longo de meses púlpitos transformados em palanques ou, nas vésperas das eleições, meia dúzia de núcleos mal-intencionados potencializados por centenas de *bots* (robôs) a propagar notícias falsas, criminosas, a desestabilizar esta ou aquela candidatura, fazendo uso de aplicativos criptografados, logo, alheios a fiscalização ou controle judicial.

Vale lembrar que tais aplicativos são criados por empresas privadas que lucram, muito, com suas utilizações. Vale lembrar ainda que algumas igrejas se transformaram, de tempos para cá, igualmente em empresas extremamente lucrativas, e que os interesses de algumas destas residem mais em suas próprias contas bancárias do que na propagação das palavras santas. Assim, a Justiça Eleitoral não pode ceder diante de falsas alegações, falsos argumentos, falsos dilemas, de abusos de direitos e deixar que, mais uma vez, se repita o que vimos, pasmos, ocorrer em 2018.

Propostas? Tenho algumas que sei que desagradarão a vários amigos e colegas que comungam de meus ideais libertários. Uma delas: que desde noventa dias antes até trinta dias após cada pleito fique proibido em solo nacional o uso de aplicativos de comunicação criptografados. Ressalto que não defendo o banimento dos mesmos, nem a suspensão de seus serviços, mas que a criptografia, neste período, seja suspensa de modo a que, se necessário, a Justiça Eleitoral possa ter, mediante determinação judicial e presentes os requisitos para tanto, acesso a grupos montados com intuito eleitoral nos quais se esteja a atuar de maneira contrária aos princípios constitucionais e legais pertinentes, sobretudo disseminando *fake-news*. Às empresas competirá implementar tal determinação, o que é plenamente possível tecnicamente mediante mera atualização obrigatória do aplicativo e, não o fazendo, aí sim se submeterão as empresas, por força de um interesse maior, à suspensão de suas atividades enquanto não se adequarem, enquanto aqueles cidadãos que não atualizarem seus aplicativos permanecerão, naquele período, aliados de seu uso.

Quanto aos púlpitos metamorfoseados em palanques é necessário que o controle da propaganda eleitoral, doravante, face a tal realidade premente, se estenda a períodos mais amplos pré e pós eleitorais de modo a que fiscais da Justiça Eleitoral, se necessário, passem a frequentar templos em relação aos quais exista fundada suspeita de

exercício irregular do direito à liberdade de culto, transmudado em verdadeira propaganda eleitoral positiva ou negativa extemporânea.

Tudo sem prejuízo da realização de campanhas visando instruir os eleitores contra as *fake-news* e quanto à impropriedade da utilização de púlpitos como palanques, solicitando que denunciem irregularidades.

Não podemos ser ingênuos: há pessoas atualmente tentando utilizar a democracia como instrumento para sua autoaniquilação. Os estratagemas daqueles que desprezam o sistema democrático mudaram de algum tempo para cá, se aprimoraram, tornaram-se mais insidiosos em alguns casos, quase melífluos em outros e, por isso, as estratégias daqueles que lutamos pela prevalência da Constituição Federal e da democracia precisam também se adaptar e mudar – sempre, por óbvio, dentro dos próprios limites constitucionais. A crise da democracia é mundial e muito se deve, no meu modesto sentir, à lentidão de nossa reação. As eleições de 2020, por exemplo, batem às nossas portas e não podemos nem devemos permanecer inertes, sujeitos aos mesmos erros, submetidos aos mesmos desacertos, sob pena de muito em breve a Justiça Eleitoral se tornar simplesmente desnecessária.